

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE JOVENS E ADULTOS ARTICULADA À
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**Curso de educação de jovens e adultos articulada à qualificação profissional
em OPERADOR DE COMPUTADOR (EJA - EPT)- Nível Médio -
Ofertado em Parceria com a Rede Estadual**

CAMPUS ARAQUARI

ARAQUARI/SC

Novembro/2020

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUZA

PRÓ-REITORA DE ENSINO

CLEDER ALEXANDRE SOMENSI

DIRETOR DO *CAMPUS*

CRISTIANE VANESSA TAGLIARI CORRÊA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ROSICLER GONÇALVES SCHIAVINI

COORDENADORA DO CURSO

HARRY ERWIN MOISSA

KATIANE SCHROEDER DE MAGALHÃES

MAICO JOÃO TROMBELLI

MARCIO MARCELO PIFFER

NEUSA ALVES DE CARVALHO

ROSICLER GONÇALVES SCHIAVINI

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

SUMÁRIO

1. Apresentação	4
1.1. Detalhamento do curso da qualificação profissional	5
2. Justificativa de oferta do curso	8
3. Princípios Filosóficos e Pedagógicos da EJA-EPT	11
3.2 Objetivos do curso	11
3.2.1. Objetivo Geral	11
3.2.2. Objetivo Específicos	11
3.3 Requisitos e formas de acesso	122
3.4. Acompanhamento e monitoramento das ações de evasão, permanência e êxito	12
3.5. Políticas de atendimento ao estudante	12
4. Organização didático-pedagógico	13
4.1. Perfil do Egresso	13
4.2. Organização curricular	13
4.2.1 Da integração e organicidade curricular	14
4.2.2. Prática Profissional	15
4.2.3. Organização dos tempos e espaços	15
4.2.4 Da mediação	15
4.2.5 Aproveitamento de estudos	16
4.3. Matriz Curricular	16
4.4. Ementário	17
5. Acessibilidade	20
6. Avaliação	21
6.1 Recuperação paralela	23
6.2 Aprovação	24
7. Sistema de avaliação do curso	25
8. Expedição de Diploma e Certificados	25
9. Corpo docente e técnico administrativo em educação do IFC	25
9.1. Corpo docente	25
9.2. Coordenação de curso	26
9.3. Corpo Técnico Administrativo em Educação	26
10. Instalações físicas	29
10.1. Biblioteca	29
10.2. Da qualificação Profissional	30
11. Considerações finais	30
12. Referências	30
13. Anexos	Erro! Indicador não definido. 4

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

1. Apresentação

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um modelo de instituição de Educação Profissional e Tecnológica que visa responder, de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os Estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, a Instituição oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela lei nº 11.892/2008 sejam alcançados, faz-se necessária a elaboração de documentos que orientem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o PPI (Projeto Político Institucional), com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso em Educação de Jovens e Adultos articulado à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT) de OPERADOR DE COMPUTADOR - com o intuito de expressar os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa do curso. Cabe salientar que, devido à importância do PPCP, esse deverá estar em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado constantemente.

Vale ressaltar que a EJA–EPT abrange cursos que proporcionam formação profissional com escolarização para jovens e adultos, buscando a superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual. Assume-se, dessa forma, o trabalho na sua perspectiva não alienante.

A EJA-EPT faz parte da política educacional brasileira que busca a inclusão e a emancipação social daqueles que foram privados de acesso e permanência escolar. Busca-se a formação plena do indivíduo, através da compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte.

Através dessa perspectiva o educando deve tornar-se protagonista da própria história, que fará parte da construção coletiva do conhecimento e da cidadania através do respeito, diálogo, reconhecimento do outro e da diferença.

Em consonância com os objetivos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Secretaria de Educação Básica/MEC (SEB) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC (SETEC) selecionou em 2020 o IFC para efetivar, juntamente com outros 11 Institutos Federais, o Projeto Básico para Desenvolvimento de Ações para Implementação da Política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) Integrada à Educação Profissional, que se somam aos 11 IFs selecionados em 2019.

Neste contexto, o presente projeto firma o compromisso com a oferta de cursos qualificação profissional integrada ao Ensino Médio para os estudantes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA- EPT) da Rede Estadual de Santa Catarina. Ainda, visando contribuir para o fortalecimento da EJA-EPT em SC e dar solidez para esta ação, a pactuação com a SEB engloba outros eixos que se integram a oferta de cursos de qualificação profissional, sendo: **Mobilização** da comunidade e das redes; **Formação Continuada** em EJA- EPT para os servidores envolvidos nos municípios de abrangência desta oferta; produção de **Material Didático**; acompanhamento e **Monitoramento** para permanência e êxito dos estudantes e fomento ao desenvolvimento de projetos de **Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação** vinculados a EJA-EPT.

1.1. Detalhamento do curso da qualificação profissional

Denominação do Curso	
Titulação do curso	OPERADOR DE COMPUTADOR
Modalidade	Presencial
Eixo Tecnológico	Informação e Comunicação
Quantidade de Vagas	40

Turno de oferta	A ser definido em edital de matrícula.
Regime de Matrícula	Semestral
Carga horária total do curso	1.400 horas
Carga horária formação geral	1.200 horas
Carga horária da Qualificação Profissional	200 horas
Tempo de duração do Curso	1ano e 6 meses
Periodicidade de oferta	Semestral
Local de Funcionamento	IFC Araquari e CEJA Joinville (polos).
Instituição Conveniada:	GERED/CEJA Joinville
Legislação	<p>Resolução nº 53 CONSUPER de 2010 que dispõe sobre criação, trâmite e critérios de análise e aprovação dos PPCs do PROEJA;</p> <p>Decreto n. 5840/2006 de 13 de julho de 2006, que institui o PROEJA;</p> <p>Guia PRONATEC de Cursos FIC;</p> <p>Documento Base Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a educação básica na modalidade de Educação de jovens e adultos - Formação Inicial e Continuada - Ensino Fundamental - MEC/SETEC, 2007;</p> <p>Documento Base Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a educação básica na modalidade de Educação de jovens e adultos - Formação Técnica Profissional de Ensino Médio - MEC/SETEC, 2007;</p> <p>Resolução CNE/CEB nº. 1/2000 de 5 julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA;</p> <p>Resolução CNE/CEB nº 3/2010, de 15 de junho de 2010, que institui Diretrizes Operacionais para a EJA em nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância;</p> <p>Parecer CNE/CEB 6/2010 de 7 de abril de 2010, reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a</p>

<p>Distância;</p> <p>Lei nº 9.394 de 20/12/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 6/2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Profissionais Técnicos de Nível Médio;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 3/2018 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;</p> <p>Parecer CNE/CEB Nº11/2012 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;</p> <p>Decreto 5.154/04 regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;</p> <p>Parecer CNE/CEB Nº 39/2004 aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio;</p> <p>Parecer CNE/CEB Nº 40/2004 trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB);</p> <p>Lei nº 11.741, de 16/07/2008 altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 04/2012 dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 4/2010 define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 4/2005 inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004;</p> <p>Lei nº 11.788/2008 que trata sobre estágios;</p> <p>Lei nº 11.892/2008 que trata da criação dos Institutos Federais;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 2/2005 modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação</p>

	<p>sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação;</p> <p>Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);</p> <p>Resolução nº 084 CONSUPER de 30/10/2014, dispõe sobre organização didática dos cursos técnicos de nível médio do IFC, Trata da criação, trâmite e critérios de análise e aprovação de PPC;</p> <p>Portaria Normativa nº 4 CONSEPE/2019 IFC que regulamenta a oferta de componentes curriculares a distância;</p> <p>Lei nº 10.098/2000 que trata das questões sobre acessibilidade;</p> <p>Decreto nº 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;</p> <p>Parecer CNE/CP Nº 1/2004 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;</p> <p>Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica);</p> <p>Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.</p>
--	---

2. Justificativa de oferta do curso

A modalidade de educação de jovens e adultos, no Brasil, perpassa um cenário de exclusão. Não se constituiu como predominante na sociedade brasileira a transição do jovem para o mundo do trabalho após finalizada a escolaridade básica, mas, especialmente, o ingresso precoce deste no mercado de trabalho e a conciliação ou superposição de estudo e trabalho. Esses jovens e adultos excluídos do sistema de ensino por diversas razões (gênero, etnia, classe) representam as múltiplas ausências que a sociedade brasileira, excludente, relega para grande parcela da população desfavorecida economicamente, socialmente e culturalmente (BRASIL, 2007).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000), consoante com a nova LDB (9394/96), apontam, então, três funções como responsabilidade da educação de jovens e adultos: reparadora (restaurar o direito de uma escola de qualidade), equalizadora (restabelecer a trajetória escolar) e qualificadora (propiciar

a atualização de conhecimentos por toda a vida). Portanto, as finalidades e funções específicas desta modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos

[...] indicam que em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito (PARECER CNE/CEB no 11/2000).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio avançam ao estabelecer que a Educação de Jovens e Adultos são articuladas, preferencialmente, com a Educação Profissional e Tecnológica, com objetivo de propiciar simultaneamente a qualificação profissional e a elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores.

A demanda da classe trabalhadora pelo acesso à escola é uma marca profunda na história de nosso país, e que, ainda hoje, se mantém reprimida, deixando grande parte da população à margem do acesso à educação escolar. Conforme dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): 31,3% da população tem o Ensino Fundamental incompleto, correspondendo a 53 milhões de pessoas; 51% da população brasileira, aproximadamente 66,3 milhões de pessoas, possuem apenas o Ensino Fundamental completo (PNAD, 2016). Somando-se ambos, têm-se cerca de 80 milhões de brasileiros, com 25 anos de idade, sem o Ensino Médio, público potencial para a oferta de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional.

Nesse sentido e buscando enfrentar os problemas da educação, o Plano Nacional da Educação – (PNE) de 2014-2024 estabelece 20 metas para encarar os desafios educacionais do país, sendo as metas 9 e 10, especificamente, destinadas à EJA. A meta 9 desempenha um papel importante na luta pela ampliação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, entretanto, para a finalidade dessa proposta de trabalho, destacamos a meta 10:

A Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE) traça como objetivo ampliar as matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) no ensino fundamental (EF) e no ensino médio (EM) na forma integrada à educação profissional, com vistas a alcançar o valor de 25% do total de matrículas nessa modalidade até o final do Plano. A meta busca estimular os jovens e os adultos a concluírem a educação básica e, ao mesmo tempo, capacitá-los para atuar no mercado de trabalho. Objetiva-se, assim, superar a dicotomia escola-trabalho que muitas vezes é imposta a esse público. Nesse sentido, a Meta 10 reitera o objetivo do PNE de colocar em curso políticas e ações que ampliem não só a escolaridade, mas também a formação para o trabalho dos jovens e dos adultos brasileiros – em especial aqueles mais pobres –, e, assim, contribuir para a redução das desigualdades sociais existentes. A integração da EJA à educação profissional impõe aos gestores públicos diversos desafios, como formação do profissional para lecionar para esse público, integração curricular, desenvolvimento de metodologias de ensino específicas, infraestrutura das escolas etc.

Neste cenário, o IFC assume a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos como política centrada na integração entre formação geral e educação profissional – educação integrada. Tal política busca romper com a lógica de programas focais, imediatistas e fragmentados, com caráter de treinamento para o trabalho centrado na empregabilidade, e coloca como desafio incorporar à formação de jovens e adultos novas

formas de relação com o trabalho. A formação humana não é exclusividade do mundo do trabalho ou do mundo da educação, o que implica percebê-la como ponto de intersecção entre trabalho e educação. “Nessa intersecção, que compreende múltiplas dimensões, a qualificação nunca é apenas 'profissional' (dimensão técnica), mas sempre 'social' (dimensão sociolaboral)” (BRASIL, 2007, p. 46).

Cumprindo a função social desta Instituição, que é a de atender esse público que não teve a oportunidade de acesso à educação básica ou não a concluiu na faixa etária regular indicada na legislação brasileira e, considerando a Meta 10 do PNE 2014-2024 que determina que sejam ofertadas, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, bem como o que está previsto no decreto 5.840/2006, o IFC tem como meta a oferta desta modalidade de ensino em todos os campi, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional. Além da previsão institucional de oferta de cursos EJA- EPT em todos os campi, desde o ano de 2019 o IFC tem um grupo de trabalho responsável por articular institucionalmente a elaboração de uma política voltada para a EJA-EPT, que orienta a oferta dos cursos nesta modalidade da Instituição. Há de se ressaltar a importância desse grupo para o diálogo permanente sobre a EJA-EPT na instituição, sendo um espaço de formação e elaboração de ações voltadas para o público específico da modalidade.

Destaca-se, ainda, a referência institucional a EJA-EPT ao invés de PROEJA, que tem o sentido de reforçar o compromisso da oferta da referida modalidade na instituição, considerando que políticas e ações permanentes vão muito além do que propõe um programa. Nesse sentido, já há previsão institucional das formas e possibilidades de oferta da EJA-EPT, podendo o curso ser proposto na sua totalidade pela instituição ou em parceria com as redes estadual ou municipal de ensino, seja mediante a articulação com um curso de qualificação profissional ou com um curso técnico. Neste sentido, o IFC vem por este projeto aderir a pactuação com a SETEC/SEB, como forma de fortalecer a política de EJA- EPT da instituição, de possibilitar o avanço do IFC nas metas estabelecidas atreladas a modalidade e de ampliar o atendimento às populações do público alvo da EJA- EPT.

A escolha do curso em sintonia com as demandas locais é fundamental no que diz respeito à construção de um vínculo entre escola e comunidade, indo aquela ao encontro desta. Por meio dessa aproximação, é relevante oferecermos o curso EJA - EPT - Operador de Computador, já que, com o avanço tecnológico cada vez mais evidente, percebemos que alguns grupos sociais encontram dificuldades em inserir-se digitalmente, seja por falta de oportunidades ou por falta de condições adequadas. Assim, percebemos que é imprescindível ofertarmos um curso de qualificação profissional que atenda essa necessidade. O curso EJA - EPT - Operador de Computador - inicia o processo de inclusão digital desses sujeitos, uma vez no contexto atual, saber utilizar tecnologias digitais não é mais uma mera questão profissionalizante, rompendo-se esse limite, podemos dizer que é uma questão de cidadania. Durante o curso pretende-se guiar a prática de forma em que os alunos assimilem e compreendam concepções acerca da computação e suas funções básicas, bem como tornando possível a sua inserção e autonomia digital no mundo do trabalho.

Dessa forma, a oferta desse curso se faz necessária para a elevação da escolaridade do aluno, qualificando-o para formação profissional, utilizando expedientes comuns da área de informática. Sendo importante destacar que estamos iniciando um novo paradigma, no qual o uso de recursos tecnológicos são fundamentais para a inserção, manutenção e reeducação de trabalhadores no mundo do trabalho.

3. Princípios Filosóficos e Pedagógicos da EJA-EPT

Os cursos que articulam a Educação Profissional e Técnica com a modalidade de EJA-EPT são organizados com base nos seguintes princípios educativos:

I – trabalho, como produção da condição humana, campo de aprendizagem e conhecimento;

II – articulação entre:

a) diferentes sujeitos sociais e suas formas organizativas;

b) teoria e prática;

c) educação básica e profissional;

d) fatos e seus contextos;

e) trabalho, ciência, tecnologia e cultura;

f) elementos curriculares;

g) ensino, extensão, pesquisa, inovação e gestão.

III – inclusão, como ação de reconhecimento, empoderamento e visibilidade da singularidade dos sujeitos sociais e suas identidades coletivas;

IV – emancipação, como construção e exercício da autonomia, liberdade, criticidade e autoridade dos sujeitos sociais;

V – coletividade, como garantia da legitimidade dos processos decisórios de planejamento e gestão democráticos;

VI – dialogicidade, como prática comunicativa e reflexiva entre os sujeitos, suas histórias de vida, seus saberes e o conhecimento científico e tecnológico;

VII – direitos humanos, como reconhecimento da diferença e dignidade inerentes a todos os sujeitos sociais que precisam ter seus direitos respeitados, defendidos e promovidos.

3.2 Objetivos do curso

3.2.1. Objetivo Geral

Oportunizar a elevação de escolaridade de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, qualificando-os nas técnicas básicas de informática e tecnologias digitais de comunicação, atrelando a formação geral dos discentes à sua profissionalização e, consolidando uma formação profissional que promova a sua capacitação em conjunção a uma formação humanística e emancipadora.

3.2.2. Objetivo Específicos

- * Promover o acesso/reingresso à educação formal;
- * Integrar os conhecimentos da educação básica com a formação profissional por meio de metodologias adequadas aos tempos e espaços da realidade do aluno;
- * Proporcionar ao aluno a aquisição de conhecimentos que promovam o processo de inserção no mundo do trabalho, articulado com as necessidades da região;
- * Contribuir com a qualificação do aluno a desempenhar atividades do uso da informática e tecnologias digitais.

3.3 Requisitos e formas de acesso

O ingresso dos alunos no curso EJA-EPT será por edital específico.

3.4. Acompanhamento e monitoramento das ações de evasão, permanência e êxito

O professor orientador, contratado pelo IFC, fará o acompanhamento e o monitoramento do aluno com objetivo de propor estratégias para a superação da evasão, condições para permanência e êxito na modalidade da EJA- EPT do curso.

Serão ações do professor orientador, juntamente com a coordenação de curso e NUPE:

1) Programa de acolhimento: Planejar o acolhimento dos estudantes, de maneira a ambientá-los à instituição e, sobretudo, ao funcionamento do curso em que ingressam.

2) Atendimento aos estudantes: Garantir e fortalecer programas de atendimento ao estudante, inclusive AEE, e acesso à informação, às oportunidades e recursos que favoreçam seu desempenho acadêmico.

3) Revisão e planejamento curricular: Revisar os currículos e projetos de curso periodicamente, buscando a construção de currículos significativos e integrados que privilegiem o melhor aproveitamento do curso por parte do corpo discente.

4) Programa de recuperação paralela: Acompanhar o programa de recuperação paralela, cujo objetivo maior é garantir que os estudantes que apresentem dificuldades consigam acompanhar e obter êxito em seus respectivos cursos.

5) Compartilhamento de experiências entre os *campi*: Estimular o compartilhamento das informações entre os *campi*, tornando possível a troca de experiências, de dificuldades e de resultados obtidos.

6) Formação docente: Promover oportunidades de capacitação que contemplem aspectos pedagógicos capazes de impactar positivamente o processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no que concerne à melhora na realidade de retenção, como a adoção de metodologias adequadas para a modalidade de ensino da EJA-EPT.

7) Valorização docente: Articular ações de identificação, sensibilização e promoção de condições específicas para docentes que atuam na EJA-EPT, como por exemplo a atribuição de carga horária adequada às especificidades da modalidade, atuação docente como mediador, promoção de monitorias específicas, espaço para EJA-EPT, dentre outras.

8) Relatório anual sobre evasão: Apresentar um relatório contendo um levantamento da taxa de evasão e seus principais fatores sociais, individuais e institucionais, a fim de mapear o perfil dos estudantes evadidos, as causas de evasão e retenção mais comuns dentro da realidade específica do curso da EJA-EPT.

3.5. Políticas de atendimento ao estudante

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como objetivos, democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio

pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros.

O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, ou beneficiários de bolsa integral em escola particular, com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades: Auxílio Moradia e Auxílio Permanência I e II.

Um dos eixos da Pactuação com a SEB é a destinação de bolsas para estudantes em situação de vulnerabilidade social. Assim, haverá edital específico para seleção dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, sendo os valores e número de bolsas descritos no edital de seleção.

4. Organização didático-pedagógico

4.1. Perfil do Egresso

Ao final, se almeja que no curso o aluno domine os instrumentos básicos da cultura letrada, permitindo-lhe melhor compreender e atuar de forma ativa, responsável e ética no mundo do trabalho, da política e da cultura, assim como, progredir nos estudos e atuar profissionalmente, compreendendo os fundamentos da computação, utilizando com proficiência os recursos de informática, sabendo selecionar as devidas aplicações e ferramentas de produtividade para solução de problemas e situações do cotidiano de rotinas administrativas.

4.2. Organização curricular

De acordo com a Diretriz dos cursos de EJA-EPT do IFC, o currículo escolar é o processo constituído pelas experiências, atividades, objetivos, conteúdos, métodos, tempos, espaços, recursos e pela diversidade e singularidade dos sujeitos.

O currículo da EJA-EPT deve estar fundamentado:

I – na omnilateralidade;

II – na politecnia;

III – no trabalho como princípio educativo;

IV – na pesquisa como princípio pedagógico;

V – na integração entre as áreas do saber, visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular, a partir de diferentes formas de colaboração interdisciplinar e integração;

VI – na integração curricular, baseada no diálogo permanente entre os conhecimentos da formação geral e profissional tendo o processo de trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como eixos definidores dos conteúdos;

- VII – na consecução dos princípios e finalidades da EJA-EPT definidos nesta resolução;
- VIII – no reconhecimento da experiência dos sujeitos na construção do conhecimento;
- IX – na diversidade social, cultural e cognitiva dos jovens e adultos, do campo e da cidade;
- X – na investigação sistemática das questões locais, na qual os métodos e problematizações interajam com o processo ensino aprendizagem e com a comunidade;
- XI – na construção de um perfil profissional que articule a compreensão crítica do mundo do trabalho e sua transformação;
- XII – na problematização e contextualização do conhecimento em sua historicidade, suas relações e contradições;
- XIII – na interdisciplinaridade como um princípio e um método de reconstrução da totalidade entre os sujeitos, os saberes e os distintos recortes da realidade;
- XIV – na representação pelos diferentes campos científicos, possibilitando assim a materialização do currículo integrado.

A organização curricular dos cursos EJA-EPT segue os objetivos das áreas de conhecimento organizadoras da educação básica e da área da educação profissional, possibilitando aos estudantes uma leitura do mundo em todos os âmbitos e contextos.

As aulas serão planejadas considerando toda a diversidade e experiência que compõem as classes de EJA, de inovar no espaço educacional por meio da construção de conhecimentos inter-relacionados e permeados de sentidos para todos os sujeitos envolvidos no processo educacional. Em reuniões mensais, o professor orientador fará a ponte entre o que está sendo trabalhado na educação básica e profissional, desta forma o grupo buscará possibilidades de integração entre os conteúdos ministrados na área de informática com os conteúdos da educação geral.

4.2.1 Da integração e organicidade curricular

Os conhecimentos das áreas do saber são materializados na matriz curricular do curso na forma de componentes curriculares. A constituição dos componentes curriculares, considerando a integração entre os conhecimentos, a complexidade dos conteúdos e relação entre a formação geral e formação profissional, proporciona o agrupamento, ordenamento e distribuição dos conhecimentos na matriz explicitem fluidez e organicidade curricular, em movimento para superação da sobreposição e fragmentação do conhecimento.

A integração entre as disciplinas dar-se-á a partir de planejamento, sempre em período que antecede o semestre letivo, sendo revisto e ajustado em reuniões mensais. A inovação que pretendemos nas atividades de integração consiste na escolha de ações, as quais serão definidas juntamente com os estudantes, a partir dos conhecimentos experienciais mais significativos que eles possuem sobre suas vidas e sobre o mundo. Essa é uma estratégia para que eles possam fazer e ser parte da integração. Assim, espera-se que se sintam pertencentes ao ambiente de estudos e que suas experiências sejam integradas com os conhecimentos científicos e conceituais da escola.

Nesse sentido, a integração ocorrerá não apenas entre as disciplinas, mas também entre experiências de vida, expectativas e tecnologias que sejam significativas para a formação dos estudantes, buscando assim, contribuir para a mudança da condição social e econômica dos estudantes e também possa demonstrar que é possível integrar conhecimentos científicos e experienciais (história de vida e expectativas dos estudantes). Uma integração sempre aplicando a tecnologia, em que os educadores construam junto com os alunos.

4.2.2. Prática Profissional

A prática profissional compreende diferentes situações de vivência e aprendizagem em ambientes que permitam aos estudantes contextualizar o cotidiano da sua formação para o mundo do trabalho, aproximando-se da realidade do exercício profissional.

A prática profissional será de caráter processual na construção do conhecimento, podendo ser desenvolvida de forma introdutória, paralela ou posterior aos conteúdos teórico-práticos e técnico-científicos trabalhados durante o curso, tratando-se de uma via de mão dupla onde teoria e prática se integram e se complementam.

As práticas profissionais como parte do componente curricular são as atividades que permeiam a matriz curricular, onde será possível relacionar os aspectos teóricos e práticos na construção do conhecimento, oportunizando aos estudantes observar, testar e comprovar os conhecimentos podendo desenvolver-se como:

I - Aulas Práticas: atividades executadas nos componentes curriculares na forma de ações práticas, oportunizando aos estudantes observar, testar e comprovar os conhecimentos;

II - Estágio curricular supervisionado não-obrigatório.

4.2.3 Organização dos tempos e espaços

São considerados como espaços de ensino-aprendizagem os ambientes onde o sujeito vive suas práticas sociais, seja no campo, na cidade, na comunidade, no trabalho, nos presídios, nos hospitais, no território, nos *campi* e outros locais onde possam se realizar as práticas de ensino. Os tempos formativos da EJA-EPT atendem às especificidades da modalidade, à realidade local do público e sua relação com o mundo do trabalho.

Este curso acontecerá de forma presencial, com aulas ministradas no período a ser definido de acordo com a necessidade do público alvo e posteriormente publicado em edital de matrícula, em que, sendo no período matutino será das 08h00 às 12h00, vespertino das 13h00 às 17h00 e noturno das 18h30min. às 22h30min. Serão quatro (04) aulas por período, de 50 minutos cada, com intervalo de 10 minutos. As aulas referentes a qualificação profissional ocorrerão semanalmente ou, de acordo com a necessidade do público alvo, poderão ocorrer quinzenalmente.

O curso ocorrerá no período de um (01) ano e seis (06) meses e está organizado em três (03) semestres, entende-se aqui que cada semestre corresponde a um ano de Ensino Médio. Será ofertado de forma presencial, sendo que as aulas referentes às disciplinas da Educação Básica ocorrerão em escolas estaduais do entorno do IFC e as aulas referentes a Qualificação Profissional ocorrerão no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Araquari.

4.2.4 Da mediação

A mediação está presente na perspectiva da escola cidadã, na qual o professor deixa de ter um caráter estático e passa a ter um caráter significativo para o estudante, tendo

consequência no processo ensino-aprendizagem e na permanência dos estudantes na EJA-EPT. A mediação, no início de cada período letivo, permite atividades de reconhecimento do eu individual e das relações com o grupo.

A presença do docente como mediador permite o reconhecimento das trajetórias de vida (escolar/profissional), o qual socializa as informações com o grupo de professores que atuam na EJA-EPT, para que possam conhecer a trajetória de vida de cada jovem e adulto com os quais irão trabalhar, adaptando a proposta pedagógica à realidade do estudante.

O trabalho do professor como mediador visa, além do desenvolvimento do vínculo de afetividade, a facilitar as relações entre as diferentes áreas do conhecimento e as interligações entre os conteúdos.

O docente como mediador, durante as aulas, faz uso de anotações sobre as produções dos/das estudantes, dossiê, relatórios descritivos, de desempenho individual, entre outros, para obter elementos que visem ao acompanhamento do processo ensino - aprendizagem, discutindo - os com os docentes dos componentes curriculares e, caso necessário, em conjunto proporem estratégias visando à superação de dificuldades encontradas.

4.2.5 Aproveitamento de estudos

O estudante que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no curso de educação profissional técnica de nível médio e EJA Qualificação Profissional, no âmbito da EJA-EPT, fará jus à obtenção do correspondente diploma, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do ensino médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

Todos os cursos e programas EJA-EPT devem prever a possibilidade de conclusão, a qualquer tempo, desde que demonstrado aproveitamento e atingidos os objetivos desse nível de ensino, mediante avaliação e reconhecimento por parte da respectiva instituição de ensino.

Os cursos e programas de EJA-EPT do IFC poderão aferir e reconhecer, mediante previsão no PPC, conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos formais, não-formais e informais.

4.3. Matriz Curricular

Componentes Curriculares		1º semestre	2º semestre	3º semestre	Subtotal
		CH	CH	CH	
Formação Profissional	Fundamentos da Informática	60			60
	Ferramentas de Produtividade I		40		40
	Internet e mídias digitais		30		30

	Ferramentas de Produtividade II			40	40
	Sistemas de informações gerenciais			30	30
	Subtotal				200h
Total CH formação geral					1.200h
Carga Horária total do curso				1.400h	

4.4. Ementário

1º Semestre:

Fundamentos da Informática
<p>Ementa: História e Evolução da Computação, Conceitos de Computação, Hardware, Software, Conceito de código proprietário e <i>opensource</i>. Dispositivos de Entrada e Saída, Diretórios e arquivos, Conceito e manipulação de Sistemas Operacionais, Interfaces Gráficas e prompts de comando, gerenciamento de recursos de SOs, configurações gerais de um Sistema Operacional.</p>
<p>Bibliografia BATISTA, Emerson de Oliveira. Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2004. 282 p. ISBN 8502042490. STALLINGS, William. Arquitetura e organização de computadores. 8ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 624 p. ISBN 9788576055648. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 8ª. ed. rev. e atual. São Paulo: Campus, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 391 p. ISBN 9788535243970</p>
<p>Bibliografia complementar FEDELI, Ricardo Daniel; POLLONI, Enrico Giulio Franco; PERES, Fernando Eduardo. Introdução à ciência da computação. 2ª. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. xvi, 250 p. ISBN 9788522108459 MANZANO, André Luiz; MANZANO, Maria Izabel N. G. Estudo dirigido de informática básica. 2ª. ed. São Paulo: Érica, 1998. 178 p. (Coleção P.D.). ISBN 8571945624 (broch.). RAMOS, Alex de Almeida. Informática: Fundamentos e terminologia. São Paulo: SENAI; 2015. 214 p. ISBN 9788583931584. SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter B; GAGNE, Greg. Fundamentos de sistemas operacionais. 8ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 515 p. ISBN 9788521617471. TANENBAUM, Andrew S. Sistemas operacionais modernos. 3ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 653 p. ISBN 9788576052371</p>

2º Semestre:

Ferramentas de Produtividade I

Ementa: Interface com o usuário. Edição e formatação de textos diversos, ferramentas e recursos dos editores de textos, fontes, parágrafos, páginas. Uso de imagens e recursos multimídia. Edição de slides e apresentações. Recursos multimídias nas apresentações. Exportações de arquivos.

Bibliografia

FARIAS, Marco Antonio Alves de. Elaboração de trabalhos acadêmicos com formatação no microsoft word. Porto Velho: SENAC, 2007. 304 p. ISBN 9788598037219.

LIBREOFFICE. Guia de Introdução LibreOffice 5.2. Janeiro, 2018. Disponível em <<https://documentation.libreoffice.org/assets/Uploads/Documentation/pt-br/GS52/GS5200-Guia-de-Introducao-LibreOffice5-2.pdf>>. Acesso em 07/07/2020.

MICROSOFT. Guias de Introdução do Office. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-pt/office/guias-de-introdu%C3%A7%C3%A3o-do-office-25f909da-3e76-443d-94f4-6cdf7dedc51e#ID0EAADAAA=At_work_or_school> Acesso em 07/07/2020.

Bibliografia complementar

MANZANO, André Luiz. Estudo dirigido de Microsoft Office excel 2010. São Paulo: Érica, 2012. 192 p. (Coleção PD Estudo dirigido). ISBN 9788536502977.

MANZANO, André Luiz. Estudo dirigido de Microsoft Office PowerPoint 2007. São Paulo: Érica, 2007. 228p. (Coleção PD Estudo dirigido). ISBN 9788536501406.

RANGEL, Alexandre L. Como formatar seu TCC: inclui Microsoft Word, LibreOffice Writer e Google Docs. São Paulo: Novatec, 2019. 174 p. ISBN 9788575227824 (broch.)

REIS, Wellington José dos. LibreOffice writer 4.2: manipulando textos com liberdade e precisão. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2014. 239 p. ISBN 9788537103296.

REIS, Wellington José dos. LibreOffice impress 4.2: dominando apresentações. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2014. 159 p. ISBN 978853710791.

Internet e Mídias Digitais

Ementa: História e Evolução da Internet. Conceitos de Navegação, Buscadores, e-mail, redes sociais, comunicadores instantâneos, plataformas de computação em nuvem, ferramentas colaborativas e armazenamento virtual.

Bibliografia

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 243 p. (Interface). ISBN 9788571107403.

VAZ, Conrado Adolpho. Google marketing: o guia definitivo de marketing digital. 3ª. ed. São Paulo, SP: Novatec, 2010. 651 p. ISBN 9788575222041.

INTERNET comercial: aspectos gerais, estatísticas, aspectos legais, contribuições especiais, glossário. Brasília, DF: [s.n.], 2005. 203p.

Bibliografia complementar

NAKAMURA, Rodolfo Reijiro. E-Commerce na internet: fácil de entender. São Paulo: Érica, 2001. 240 p. ISBN 8571947503.

GOOSSEN, Richard J. e-Empreendedor: a força das redes sociais para alavancar seus negócios e identificar oportunidades. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 211 p. ISBN 9788535231151.

FARREL, Adrian. A Internet e seus protocolos: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. xxvii, 572 p. ISBN 8535215913.

CARTILHA de segurança para Internet versão 3.1. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil 2006. 96 p ISBN 856006205X.

FOROUZAN, Behrouz A.; FEGAN, Sophia Chung. Comunicação de dados e redes de computadores. 4ª. ed. São Paulo: McGraw - Hill, Bookman, AMGH, 2008. xxxiv, 1134 p. ISBN 9788586804885.

3º Semestre:

Ferramentas de Produtividade II
<p>Ementa: Interface com o usuário. Edição e formatação de planilhas: linhas, colunas e células. Elaboração e utilização de fórmulas e funções. Ordenação de dados. Edição de gráficos e diagramas. Impressão de planilhas. Recursos Avançados.</p>
<p>Bibliografia</p> <p>FARIA, Rogério Gomes de. Matemática comercial e financeira: com exercícios e cálculos em Excel e HP-12C. 6 ed. São Paulo, SP: Ática, 2007. 208 p. ISBN 850811112.</p> <p>SMAILES, Joanne; MCGRANE, Angela. Estatística aplicada à administração com Excel. São Paulo; Atlas, 2002. 321 p. ISBN 9788522430505.</p> <p>LIBREOFFICE. Guia de Introdução LibreOffice 5.2. Janeiro, 2018. Disponível em <https://documentation.libreoffice.org/assets/Uploads/Documentation/pt-br/GS52/GS5200-Guia-de-Introducao-LibreOffice5-2.pdf>. Acesso em 07/07/2020.</p>
<p>Bibliografia complementar</p> <p>LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth. Estatística aplicada. 6ª. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. 656 p. ISBN 9788543004778.</p> <p>MANZANO, André Luiz. Estudo dirigido de Microsoft Office excel 2010. São Paulo: Érica, 2012. 192 p. (Coleção PD Estudo dirigido). ISBN 9788536502977.</p> <p>RIBEIRO JÚNIOR, José Ivo. Análises estatísticas no excel: guia prático. 2ª. ed. Viçosa: UFV, 2013. 311 p. ISBN 9788572694926.</p> <p>ROCHA, Tarcizio da. Excel 2007 sem limites. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. XXII, 387 p. ISBN 9788573939231.</p> <p>SEM sufoco no escritório: simplifique ao máximo o trabalho com Word, Excel, PowerPoint e Windows! Manaus: Abril Vídeo, 2005. DVD.</p>

Sistemas de Informação Gerenciais

Ementa: Informação gerencial. Tipos e usos de informação. Tratamento das informações versus atividades fins. Sistemas de apoio à decisão. Tópicos em gerenciamento dos sistemas: integração, segurança, controle. Uso estratégico da tecnologia da informação nas pequenas e médias organizações. Administração estratégica da informação. Aplicação da tecnologia da informação nas diversas áreas da empresa para obtenção de vantagens competitivas.

Bibliografia Básica

O'BRIEN, James A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet. 2. ed. = 11.ed. americana. São Paulo: Saraiva, 2004. 436 p. ISBN 8502044079.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. Sistemas de informação gerenciais. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2011. 428 p. ISBN 9788576059233.

ALBERTINI, Alberto Luiz. Administração de informática: funções e fatores críticos de sucesso. 3ª. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001. 162p. ISBN 9788522428175.

Bibliografia complementar

ALBERTIN, Rosa Maria de Moura; ALBERTIN, Alberto Luiz. Estratégias de governança de tecnologia da informação: estrutura e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 212 p. ISBN 9788535237061 (broch.).

CÔRTEZ, Pedro Luiz. Administração de sistemas de informação. São Paulo: Saraiva, 2008. 503 p. ISBN 9788502064508 (broch.)

IMONIANA, Joshua Onome. Auditoria de sistemas de informação. 2ª. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 207 p. ISBN 9788522450022.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais. 16ª. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 303 p. ISBN 9788522491476.

STAIR, Ralph M; REYNOLDS, George Walter. Princípios de sistemas de informação. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. xvii, 590 p. ISBN 9788522107971.

5. Acessibilidade

Em cumprimento às disposições constantes na Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o Campus Araquari vem adequando suas instalações, visando proporcionar a este público o pleno acesso a todas as suas instalações.

Os Blocos D e E, prédios com três pavimentos, possuem elevadores instalados e em funcionamento, o que proporciona o acesso às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. A área total do campus, onde localiza-se também a fazenda experimental, é uma região plana, condição esta que facilita o deslocamento deste público especificamente. Com relação à fazenda experimental, parte desta encontra-se com todos os seus acessos

pavimentados, sendo meta da instituição a pavimentação total dos acessos. Além disto, destaca-se a localização do campus, às margens da Rodovia BR-280, com acesso asfaltado.

Na área de estacionamento de veículos do campus, existe atualmente a disponibilidade de vagas para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, com calçamento e identificação adequada.

Para contribuir com a acessibilidade, o Campus possui o Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que conta com uma sala para os docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e para o tradutor e intérprete de LIBRAS.

6. Avaliação

A avaliação na EJA-EPT considerará as seguintes dimensões:

I – Diagnóstica: caracteriza o desenvolvimento do estudante no processo de ensino-aprendizagem, visualizando avanços e dificuldades, realizando ajustes e tomando decisões necessárias às estratégias de ensino e ao desempenho dos sujeitos do processo;

II – Processual: reconhece que a aprendizagem acontece em diferentes tempos, por processos singulares e particulares de cada sujeito, tem ritmo próprio e lógicas diversas, em função de experiências anteriores mediadas por necessidades múltiplas e por vivências individuais que integram e compõem o repertório a partir do qual realiza novos aprendizados e ressignifica os antigos;

III – Formativa: assegura ao sujeito a consciência da atividade que desenvolve e dos objetivos da aprendizagem, podendo participar da regulação da atividade, segundo estratégias metacognitivas que precisam ser compreendidas pelos professores. Pode expressar seus erros, como hipóteses de aprendizagem, limitações, expressões do que sabe, do que não sabe e do que precisa saber;

IV – Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do estudante no bimestre/semestre através de menções, relatórios ou notas.

A avaliação nos cursos EJA-EPT tem perspectiva teórico-metodológica crítica, emancipatória, dialógica e libertadora.

A avaliação é um processo contínuo, de descrição e análise crítica do contexto da aprendizagem visando ao desenvolvimento humano. São avaliadores e avaliados todos os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, como os docentes, os estudantes, os gestores, os demais profissionais do *campus* e a comunidade. A avaliação articula conhecimentos escolares, saberes populares e reflexões das estruturas sociais, econômicas e culturais.

Os procedimentos da avaliação ocorrem em etapas como, por exemplo, a identificação de temas e problemas, elaboração de hipóteses, coleta/construção de dados, análise mediante referencial teórico e proposição de caminhos para a aprendizagem, incluindo sua implementação.

Os procedimentos avaliativos dos componentes curriculares/áreas/módulos devem ser organizados de modo articulado, demonstrando a integração curricular.

O processo avaliativo deve impactar na contínua revisão e harmonização do ensino, da extensão, da pesquisa, da inovação e da gestão com as necessidades socioeconômicas e culturais.

O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

O processo avaliativo deve possibilitar ao educando, no Tempo Reflexão e no Tempo Avaliação e/ou nas ações de mediação, refletir sobre suas experiências e percepções iniciais, observar, reelaborar e sistematizar seu conhecimento e suas formas de aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes, prevista no PPC e no Plano de Ensino de cada componente curricular, será contínua e cumulativa, considerando os resultados apresentados ao longo do processo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos e dos resultados alcançados com a avaliação de característica quantitativa, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino e de aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

A avaliação do rendimento escolar enquanto elemento formativo e condição integradora entre ensino e aprendizagem deverá ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa e seus resultados serão sistematizados, analisados e divulgados.

Tendo como pressuposto que a avaliação deve considerar os objetivos gerais e específicos dos componentes curriculares e o processo de ensino-aprendizagem como um todo, serão utilizados instrumentos de avaliação de natureza variada e em número amplo o suficiente para poder avaliar o desenvolvimento de capacidades e saberes com ênfases distintas e ao longo do período letivo.

De acordo com a natureza do componente curricular admite-se, entre outros, como instrumento de avaliação processual de aprendizagem:

I – Avaliação escrita, com questões a mais para escolha e/ou com questões elaboradas pelo estudante;

II – Avaliação oral ou prático-oral;

III – Avaliação prática;

IV – Trabalho individual ou em grupo;

V – Seminário, mostra, feira;

VI – Estudo de caso;

VII – Resenha e artigo;

VIII – Relatório de atividades;

IX – Relatório de visita técnica;

X – Portfolio;

XI – Webquest;

XII – Autoavaliação;

XIII – Dramatização, performance e outras formas de comunicação;

XIV – Desenho;

XV – Maquete;

XVI – Experimentação;

XVII – Álbum;

XVIII – Projeto;

XIX – Mapa Conceitual;

XX – Debate, entre outros.

O docente poderá adotar os instrumentos de avaliação que julgar mais adequados e eficientes para a promoção da aprendizagem escolar, devendo expressá-los no Plano de Ensino e, para fins de registro no Diário de Classe, deve-se adotar escala de notas.

Em cada etapa deverão ser utilizados instrumentos diversos de avaliação.

O professor informará ao estudante os resultados da avaliação de sua aprendizagem, a fim de que estudante e professor possam, juntos, criar condições para retomar aspectos nos quais os objetivos de aprendizagem não tenham sido atingidos e programar estudos de recuperação paralela durante o processo de ensino-aprendizagem.

O Núcleo Pedagógico e a Coordenação do Curso preverão encontros coletivos envolvendo os diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar, com o objetivo de analisar, entre outros, o processo de avaliação do ensino e aprendizagem no decorrer do período letivo do respectivo curso, propondo práticas avaliativas institucionais, tais como:

I – grupo de estudo sobre avaliação do processo ensino-aprendizagem que ampare os professores em seu cotidiano profissional e possa estabelecer um acompanhamento do processo avaliativo nos componentes curriculares/áreas/módulos, nos cursos e nos *campi* ;

II – o contínuo repensar das condições de trabalho, do currículo, da cultura organizacional nos cursos ofertados pelos *campi*.

6.1 Recuperação paralela

A recuperação paralela parte do princípio que a avaliação é um processo contínuo e cumulativo no qual devem prevalecer os aspectos qualitativos, reforçando a avaliação também como diagnóstica, em que são produzidos dados que permitem a reflexão sobre a necessidade de novas ações pedagógicas e planejamento destas. É nesse sentido que se dá a obrigatoriedade de estudos de recuperação paralela, uma vez que estes materializam no cotidiano escolar a visão da avaliação como um processo e não restrita a aplicação de instrumentos.

Deve-se constituir no curso de EJA- EPT um programa para a recuperação paralela, no intuito de garantir planejamento e ações coletivas para que os estudantes que apresentem dificuldades consigam acompanhar e obter êxito em seus respectivos cursos.

A finalidade da recuperação paralela é garantir intervenções pedagógicas ao longo do período letivo àqueles estudantes que, no seu percurso formativo, foram identificados por meio do processo de avaliação com objetivos de ensino e aprendizagem não atingidos e para aqueles que visam ao aperfeiçoamento da aprendizagem e não apenas ao alcance da média.

É garantido ao estudante recuperação paralela nos componentes curriculares da formação profissional em que não atingir rendimento suficiente no decorrer do período letivo, ou seja, não é exame final.

Considera-se aqui, rendimento insuficiente, nota abaixo de seis (6,0) no curso de qualificação profissional mensurada através de instrumentos avaliativos utilizados no componente curricular.

É facultado aos estudantes que atingiram a média mínima o direito a participar da recuperação paralela.

A oferta da recuperação paralela é obrigatória, quando houver estudantes com rendimento insuficiente, e deverá ocorrer paralelamente ao período letivo, em momentos extraclasse, sendo o tempo destinado a estes estudos não computado no mínimo de horas anuais determinadas em cada curso, por não se tratar de atividade obrigatória a todos os estudantes.

A recuperação paralela se incorpora à avaliação contínua e, sob esta perspectiva, a recuperação qualitativa de conteúdos deverá ocorrer ao longo do período letivo e de forma integrada, visando ao aperfeiçoamento da aprendizagem, de acordo com as características do público atendido (adultos e trabalhadores).

Durante cada período avaliativo, deverá ser prevista recuperação paralela, dentre outras atividades que auxiliem o estudante a ter êxito na sua aprendizagem, evitando a não compreensão dos conteúdos, de forma a minimizar e evitar a reprovação e/ou evasão.

No planejamento das atividades relacionadas a recuperação paralela devem ser propostas formas metodológicas alternativas que proporcionem abordagens diferenciadas daquelas anteriormente desenvolvidas, visando a novas oportunidades de aprendizagem.

Quanto às formas e meios, os estudos de recuperação paralela devem ser oferecidos em horários compatíveis com as possibilidades de participação dos estudantes, podendo ser

disponibilizados através de: monitorias com acompanhamento do professor do componente curricular; atividades extraclasse, organizadas e agendadas pelo professor do componente curricular; grupos de estudos com orientação do professor do componente curricular, dentre outras estratégias, observando a obrigatoriedade da presença do professor na organização e na condução das atividades.

Cada docente preverá em seu planejamento a recuperação paralela divulgada no Plano de Ensino do componente curricular, garantindo-se a recuperação de estudos e a reavaliação ao longo de cada período avaliativo. As atividades de recuperação paralela serão registradas no diário de classe ou em documento similar disponibilizado pela instituição.

A recuperação paralela deve contemplar momentos de reavaliação, que deverão ser registrados, e seus resultados, quando melhores, substituirão os anteriores. A reavaliação integra a avaliação da aprendizagem do estudante, sendo sua oferta condicionada ao resultado obtido nas atividades avaliativas do componente curricular/módulo, e devem ocorrer após os momentos e as atividades de retomada de conteúdos planejados para sanar eventuais dificuldades do ensino e da aprendizagem.

6.2 Aprovação

No IFC a aprovação do estudante na formação profissional ocorrerá após a conclusão do período letivo e/ou por aproveitamento de estudos (formais, não formais e informais).

Será considerado aprovado na série o discente dos cursos da EJA-EPT que satisfizer, concomitantemente, as seguintes condições mínimas:

I - frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) calculada com base na carga horária total da série;

II - aproveitamento final igual ou superior a 6,0 (seis), correspondente à média aritmética simples das notas obtidas na verificação e avaliação da aprendizagem em cada componente curricular cursado no período avaliativo.

Não há Exames nos cursos da EJA-EPT do IFC, considerando que o processo de recuperação paralela ocorre ao longo de todo o período letivo com intervenções pedagógicas que auxiliem o estudante no processo de aprendizagem. Neste caso, considerando que o curso será ofertado em parceria, não haverá exame no curso de qualificação profissional.

O processo avaliativo deve possibilitar que todos os estudantes alcancem uma aprendizagem suficiente, de acordo com os objetivos e critérios construídos nos planos de ensino de forma coerente com o PPC, Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Os resultados do estudante devem ser preferencialmente acompanhados de parecer descritivo, o qual deverá ser construído coletivamente, ao longo do processo de ensino aprendizagem, descrevendo de forma qualitativa a trajetória escolar do estudante.

São elementos considerados no parecer descritivo:

I – objetivos de ensino referentes ao período;

II – diagnósticos contínuos abordando o domínio de conteúdos e o desenvolvimento integral do estudante;

III – autoavaliação do estudante e do docente;

IV – avaliação do processo;

V – indicação de estratégias para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação pressupõe a definição de critérios, que são elementos constitutivos do processo avaliativo, parâmetros utilizados para a observação, sendo estabelecidos a partir dos conteúdos selecionados.

A certificação de conhecimentos e saberes busca comprovar o domínio de conteúdo dos componentes curriculares.

Os conhecimentos e saberes podem ter sido construídos ou não em processos formais de aprendizagem.

No PPC da EJA-EPT constará a possibilidade e os procedimentos necessários para a certificação de conhecimentos e saberes.

As reuniões pedagógicas constituem instâncias colegiadas tendo, dentre outras finalidades, a de analisar, discutir, orientar e deliberar acerca do processo ensino-aprendizagem.

As reuniões pedagógicas serão constituídas por no mínimo:

I – coordenador/a de curso;

II – professores da turma;

III – Coordenador Geral de ensino ou Diretor de Desenvolvimento Educacional;

IV – Representante do NUPE;

V – Representante dos discentes da turma.

A organização da reunião pedagógica é responsabilidade da coordenação da EJA-EPT e do Núcleo Pedagógico (NUPE), sendo coordenado pelo(a) coordenador(a) de curso, devendo ter no mínimo três sessões para cada período letivo.

A organização da reunião pedagógica deverá garantir momentos de:

I – discussões prévias com docentes e discentes para coleta de informações acerca das fragilidades, potencialidades e autoavaliação de todos os envolvidos no processo;

II – reunião coletiva para análise e reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, o trabalho pedagógico realizado e proposta de intervenções;

III – operacionalização das ações definidas coletivamente.

7. Sistema de avaliação do curso

O curso será avaliado pela coordenação do curso, núcleo pedagógico do IFC Araquari, núcleo pedagógico do CEJA Joinville e professores atuantes.

8. Expedição de Diploma e Certificados

Àquele que concluir com aprovação todos os componentes curriculares que compõem a organização curricular terá direito a certificação com validade nacional. A responsabilidade pela certificação profissional será do IFC, enquanto a certificação da formação geral será da rede parceira.

O estudante que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no curso de educação profissional no âmbito da EJA-EPT, fará jus à obtenção do correspondente certificado, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do ensino médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

9. Corpo docente e técnico administrativo em educação do IFC

9.1. Corpo docente

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
----------------	--------------	---------------------------	------------------	---------------------------	-----------------

Harry Erwin Moissa	2037003	DE	Mestrado em Ciências da Computação	harry.moissa@ifc.edu.br	(47) 3803-7200
Maico João Trombelli	2264022	DE	Especialista em Segurança e Redes de Computadores.	maico.trombelli@ifc.edu.br	(47) 3803-7200
Marcio Marcelo Piffer	1582583	DE	Mestre em Ciência da Computação	marcio.piffer@ifc.edu.br	(47) 3803-7200

*DE = Dedicção Exclusiva

9.2. Coordenação de curso

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
Rosicler Gonçalves Schiavini	2363281	DE	Licenciatura em Letras. Mestrado em Educação	rosicler.schiavini@ifc.edu.br	(47) 3803-7258

9.3. Corpo Técnico Administrativo em Educação

SERVIDOR	SIAPE	CARGO	SETOR
ADRIANA GARCIA	2411223	Técnica em Laboratório	Lab. de Biologia
BRUNO DEGASPARI MINARDI	1947823	Técnico em Laboratório	Lab. de Química
CAROLINA BEIRO DA SILVEIRA	2187125	Psicóloga	Coordenação do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educativo – SISAE
CASSIO DE SOUZA GIABARDO	1834638	Bibliotecário / Documentalista	Biblioteca
CYNARA DE OLIVEIRA GERALDO	1207273	Assistente de Alunos	Coordenação do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educativo – SISAE
DANIEL PAULO DAMIN FERRO	1811818	Técnico em Laboratório/Química	Lab. de Química
DENISE MARTINS	2009524	Assistente em Administração	Coordenação de Registros Acadêmicos (Coordenadora)
GEOVANE MATIAS	2242941	Assistente de Alunos	Coordenação do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educativo – SISAE
GUILHERME MIGLIORINI	2173821	Auxiliar de Biblioteca	Biblioteca
HELENA PAZ LIMA	2243534	Assistente de Alunos	Coordenação do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educativo – SISAE

IVONE DE SOUZA MATOS	2396107	Tradutora Intérprete de Libras	Coordenação do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional – SISAE
JOSÉ LUIZ NOGUEIRA	2187115	Assistente de Alunos	Coordenação do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional – SISAE
JULIANA AMADEI	2242699	Enfermeira	Coordenação do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional – SISAE
JULIANA DE SOUZA	1786506	Téc. em Assuntos Educacionais	Coordenação de Registros Acadêmicos
KARINNA ALVES CARGNIN	1755231	Assistente em Administração	Coordenação de Registros Acadêmicos
MANUIR SCHONS	1786724	Téc. em Assuntos Educacionais	Coordenação de Extensão, Estágio e Egressos
MARCIONE RODRIGUES NUNES	1296213	Téc. em Assuntos Educacionais	DEPE- Direção de Ensino Pesquisa e Extensão
MARINA ROCHA DE CASTRO LEAL	1764825	Téc. em Assuntos Educacionais	Coordenação geral de Ensino Superior
MARIA DE LOURDES DE MIRA	1160252	Cozinheira	Biblioteca
NILTON DOS SANTOS NETO	2248016	Técnico de Laboratório Área - Informática)	DEPE - Direção Ensino, Pesquisa e Extensão
NOARA TEÓFILO KLABUNDE	1703501	Pedagoga	Coordenação do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional – SISAE

OTAVIO PATRÍCIO NETTO	2779323	Assistente em Administração	Gabinete- Chefe de Gabinete de Direção Geral
PAULO ENRIQUE GOUVEA BARBOSA	309674	Técnico em Enfermagem	Coordenação do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional – SISAE
PRISCILA CARVALHO MONTEIRO	2156618	Assistente Social	Coordenação do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional – SISAE
SIMONE ELISA MAI	3006953	Técnica em Assuntos Educacionais	Coordenação geral de Ensino Técnico
SIMONE PADILHA	1827000	Bibliotecária	Biblioteca
THAIS RABELO MARTINS	1756033	Assistente em Administração	Coordenação de Registros Acadêmicos
VÂNIA MENEGHINI DA ROCHA	1756149	Pedagoga	Coordenação do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional – SISAE

10. Instalações físicas

10.1. Biblioteca

A Biblioteca Professor Liberato Ronchi foi criada ainda quando o *campus* era vinculado à UFSC. Em 2008 a instituição transformou-se no Instituto Federal Catarinense (IFC). A estrutura da Biblioteca do IFC Araquari possui 295m², ambiente climatizado, comportando acervo geral, obras de referência, periódicos, CDs e DVDs, mesas de estudos (totalizando 82 lugares), computadores de consulta ao acervo, computadores com acesso à Internet e Rede Wi-Fi. Seu acervo é de aproximadamente 17.000 exemplares, com destaque para áreas de agricultura, pecuária, veterinária, química, informática e educação. Possui ainda acesso liberado ao portal Capes, disponibilizando artigos científicos. Atende aos alunos, docentes e técnicos-administrativos do Campus Araquari para o uso e empréstimos de materiais, e também a comunidade geral para uso local. Entre os serviços oferecidos, estão: empréstimo/devolução, renovação, consulta ao acervo, reserva de obras, solicitação de empréstimo entre bibliotecas do IFC, atendimento a normalização de trabalhos acadêmicos, entre outros.

10.2 Da qualificação profissional

As aulas de Qualificação Profissional ocorrerão no Laboratório de Informática do campus, que possui computadores (um aluno por máquina), sistema operacional *dual boot* (Linux/Windows), interconectados em rede e com acesso à Internet, suítes de softwares para escritório Libre Office, navegadores Firefox e Chrome, projetor multimídia, software para leitura de arquivos PDF, impressora virtual, software de compactação. Todos esses softwares e sistemas mencionados são ferramentas fundamentais para a capacitação dos discentes.

11. Considerações finais

A EJA EPT faz parte da política educacional brasileira que busca a inclusão e a emancipação social daqueles que foram privados de acesso e permanência escolar. Assim, busca-se com este curso a formação plena desse sujeito, através da compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual faz parte.

É nesta perspectiva que a Educação Profissional, juntamente com a Educação Básica, atuarão, proporcionando condições para que jovens e adultos, independente de sua condição socioeconômica, tenham acesso, permanência e êxito em sua formação, em que o educando tornar-se protagonista da própria história, em que o respeito, o diálogo, o reconhecimento do outro, da diferença, façam parte da construção coletiva do conhecimento e da cidadania.

12. Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 5.154. 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 5.296. 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 5.840. 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394. 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.098. 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.645. 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de

20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.788. 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.892. 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.947. 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFC. Portaria Normativa nº 4/2019/CONSEPE. 31 de maio de 2019. Regulamenta a oferta de componentes curriculares a distância nos cursos presenciais de qualificação profissional, educação de jovens e adultos (EJA), técnicos de nível médio e superiores de graduação e pós-graduação, no âmbito do Instituto Federal Catarinense - IFC. Blumenau: IFC, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 1/2004. 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 39/2004. 8 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 40/2004. 8 de dezembro de 2004. Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB). Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 6/2010. 07 de abril de 2010. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2012. 09 de maio de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 1/2000. 05 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 3/2000. 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 2/2005. 4 de abril de 2005. Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 4/2005. 27 de outubro de 2005. Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 4/2010. 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2012. 06 de junho de 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 6/2012. 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº. 3/2018. 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Conselho Superior do IFC. Resolução nº 053/2010/CONSUPER. 17 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a criação, trâmite e critérios de análise e aprovação dos Projetos Pedagógicos de Cursos do PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - (PPCP) e do PROEJA-FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na formação inicial e continuada integrada com o ensino fundamental - PPCP-FIC, do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: IFC, 2010.

BRASIL. Conselho Superior do IFC. Resolução nº 084/2014/CONSUPER. 30 de outubro de 2014. Resolve aprovar a Organização Didática dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: IFC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Base Proeja: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Guia Pronatec de Cursos FIC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. 4ª Edição, Brasília, 2016a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&Itemid=30192>, acesso em 15 de outubro de 2020.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Blumenau, 2014.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Qualificação Profissional integrada ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos das Redes Municipais e Estadual de Educação de Santa Catarina - IFC. Blumenau, 2020.

Conselho Superior. **Resolução nº 44/2020**. Dispõe sobre a política de Educação de Jovens e Adultos articulada a Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) no Instituto Federal Catarinense - IFC.

ANEXOS

Anexo 1 - PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE COORDENAÇÃO DO PROEJA

Anexo 2 - PORTARIA DO GT PROEJA

Anexo 3 - ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 25 / 2020 - CRMT/REI (11.01.18.00.34)

Anexo 4 - TERMO ADITIVO Nº 426 / 2020 - CRMT/REI (11.01.18.00.34)